

---

## **Livrai-nos de Todo o Mal: figurações da vulnerabilidade nas fotografias de Wagner Almeida<sup>1</sup>**

Irlaine NÓBREGA<sup>2</sup>

Jamyla MAGNO<sup>3</sup>

Leandro LAGE<sup>4</sup>

Guilherme GUERREIRO NETO<sup>5</sup>

Universidade da Amazônia, Belém, Pará

### **RESUMO**

O artigo discute a vulnerabilidade de sujeitos expostos aos enquadramentos sociais e normativos com o objetivo de promover uma reflexão sobre os enquadramentos dados às fotografias de Wagner Almeida ao saírem do caderno policial para fazerem parte de uma exposição artística, mostrando que tais problemáticas figuram o sofrimento e a violência moral em imagens fotográficas, a partir de como esses registros visuais exploram os corpos dos sujeitos. Propomos discutir como operam os mecanismos de encenação da vulnerabilidade enquanto estratégias midiáticas relacionadas à exposição dos corpos e como essas imagens violentam moralmente.

**PALAVRAS-CHAVE:** vulnerabilidade; vida; fotografia; enquadramento

### **INTRODUÇÃO**

O objetivo deste texto é refletir sobre como, por meio das imagens e de suas operações de enquadramento, figuram a precariedade e a vulnerabilidade de sujeitos vítimas da violência urbana. A partir das perspectivas de G. Agamben (1995) sobre as “vidas matáveis” e de J. Butler (2015) sobre as “vidas enlutáveis”, busca-se entender a inscrição imagética de sujeitos cuja vida não é reconhecida como viva, isto é, indivíduos que ocupam os limites da normatividade que define certas mortes como lamentáveis e certas vidas como algo de que se pode dispor.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IJ04 – Comunicação Audiovisual, da Intercom Júnior – XIV Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação do 6º semestre do curso de Jornalismo da UNAMA, e-mail: [irlainenobrega11@hotmail.com](mailto:irlainenobrega11@hotmail.com)

<sup>3</sup> Estudante de Graduação 6º semestre do Curso de Jornalismo da UNAMA, e-mail: [jamylamagno@hotmail.com](mailto:jamylamagno@hotmail.com)

<sup>4</sup> Orientador do trabalho. Doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura da Universidade da Amazônia (UNAMA), e-mail: [leandrorlage@gmail.com](mailto:leandrorlage@gmail.com)

<sup>5</sup> Coorientador do trabalho. Mestre em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e professor da graduação da Universidade da Amazônia (UNAMA), e-mail: [neto.guerreiro@gmail.com](mailto:neto.guerreiro@gmail.com)

---

Ao longo de nossa argumentação, analisamos a série “Livrai-nos de Todo o Mal”, composta por 17 fotografias imagens do fotógrafo paraense Wagner Almeida. A série integrou o acervo do IV Prêmio Diário Contemporâneo em 2013. As fotografias foram produzidas no contexto do trabalho jornalístico do fotógrafo para o jornal Diário do Pará, na cobertura da criminalidade urbana em Belém, no Pará. Nessa mudança da esfera jornalística para a esfera artística, Wagner Almeida organizou formas alternativas de enquadramento dos sujeitos retratados.

O plano de fundo dessa discussão é uma reflexão sobre a dimensão potencialmente política dessas imagens. Ao serem recortadas e reenquadradas, aquelas imagens se inscrevem numa dicotomia: exploram e se apropriam da vulnerabilidade dos sujeitos vítimas de violência urbana nas periferias de Belém, tornando-os objetos de uma iconografia do sofrimento e da vulnerabilidade e reforçando sua condição de “vida matável” (AGAMBEN, 1995); mas também organiza enquadramentos que restituem a humanidade daqueles indivíduos, tornando-os “passíveis de luto” (BUTLER, 2015).

Nosso objetivo é examinar as figurações da vulnerabilidade nessas imagens fotográficas, buscando investigar como essas formas expressivas visuais exploram os corpos dos sujeitos na construção de enquadramentos que colocam em questão seu valor ético enquanto vida: na condição ambígua de serem sujeitos associados à criminalidade e, ao mesmo tempo, vítimas da violência urbana. Wagner Almeida ensaia uma forma específica de aproximação desses sujeitos, instaurando um dilema ético, estético e político em torno não apenas das formas de representação, mas da própria representabilidade de certos sujeitos e de certas vidas.

### **Vidas que não merecem viver**

Como primeiro passo, buscamos entender a diferenciação das vidas pelo estado de exceção, na esteira de G. Agamben, no sentido refletimos sobre o conceito de biopolítica e sua relação com a noção de “vida nua” dos sujeitos.

Inspirado nos últimos trabalhos de Foucault, o filósofo italiano trata de biopolítica como “a crescente implicação da vida natural do homem nos mecanismos e nos cálculos de poder” (AGAMBEN, 1995, p.125). É a inserção da política na “vida nua”, regulando-a e estabelecendo o controle sobre o corpo do sujeito. A “vida nua” ou “vida sacra” se caracteriza pela vida biológica do sujeito que nasce como animal que

---

vive. A biopolítica se faz presente na “vida nua” de cada sujeito e se transforma no ponto central do conflito político. Não estamos mais em um Estado em que a política diz respeito apenas à administração da vida pública, mas está, também, na administração da vida nua, interferindo nos corpos.

Para o autor, no antigo regime, os direitos naturais não tinham impacto na vida política porque “exprimiam somente uma relação de vassalagem” (AGAMBEN, 1995, p. 136). Mas, quando ocorre a queda do antigo regime, um novo cenário se instaura. Os súditos nascem como cidadãos revestidos de direitos e sua vida está circunscrita, pela primeira vez, na ordem estatal. Os corpos passaram a importar para as instituições sociais, fazendo as liberdades individuais se sobreporem aos deveres coletivos. Essa supremacia do individual sobre o coletivo inicia-se a partir do momento em que o sujeito se apresenta portador de direito, sujeitando seu corpo a um controle externo, tornando a sua vida regulamentada por instituições sociais. Doravante, todo sujeito, ao nascer, é detentor dos direitos naturais, mas nem todo homem é um cidadão com direitos políticos.

Há razões para que apenas algumas vidas sejam detentoras de direitos. Na sociedade existem formas de identificação dos sujeitos portadores somente da vida biológica, como, por exemplo, a forma como esses indivíduos, destituídos de vida política, são apresentados esteticamente através do fluxo de imagens que são comuns aos olhos da sociedade. É corriqueiro nos depararmos com imagens de vidas que são reduzidas a números, vários quadros estáticos usados para falar da realidade de sujeitos sem dar a eles o poder de participar da vida pública como seres, teoricamente, detentores de direitos políticos.

De acordo com Agamben, a biopolítica, ancorada pelo estado de exceção, age na *zoé*, vida biológica, como forma de reduzir o homem a um sujeito sem direitos políticos, detentor somente da vida nua, separando o que é permitido e o que é colocado para fora. Pensar a biopolítica a partir de imagens nos faz refletir sobre como determinados sujeitos são reduzidos a indivíduos sem direitos políticos e são enxergados dessa mesma maneira pelas instituições sociais, tendo seus corpos e rostos apreendidos esteticamente por enquadramentos que lhe atribuem um lugar específico nos regimes de visibilidade. Referimo-nos, portanto, a gestos e regimes de visibilidade que enquadram sujeitos segundo parâmetros normativos e éticos segundo os quais certas vidas contam como vidas e certas mortes não são lamentadas, mas, sim, justificadas. As imagens que fazem

---

parte desse fluxo imagético e que acabam sendo um dos motivos para essa generalização do reconhecimento dos corpos suscitam um problema político que nos compele a questionar sob quais enquadramentos os sujeitos são apresentados.

Sendo assim, segundo Agamben, a biopolítica é a responsável por definir uma espécie de linha que se desloca continuamente e está em constante interação com as instituições sociais. Essa estrutura decide sobre as vidas que merecem viver e, por consequência, as vidas que podem ser mortas sem algum sacrifício e sem nenhuma perda, como forma de instaurar uma ordem social.

Na *zoé*, que as declarações politizaram, devem ser novamente definidas as articulações e os limiares que permitirão isolar uma vida sacra. E quando, como já tem acontecido hoje, a vida natural for integralmente incluída na *pólis*, estes limiares irão se deslocar, como veremos, além das sombrias fronteiras que separam a vida da morte, para aí identificarem um novo morto vivente, um novo homem sacro (AGAMBEN, 1995, p. 138).

A reflexão recai sobre o valor e o desvalor atribuído à vida nua pelo estado de exceção, a partir de regulações sociais estabelecidas e reproduzidas pelas instituições sociais. Por ser “indigna de ser vivida”, a vida abandona o seu valor jurídico, constituindo-se somente da “vida nua do homo sacer”, seu aniquilamento passa a ser justificável por ser vista como uma vida desprovida de qualquer valor. “O conceito de ‘vidas sem valor’ (ou ‘indigna de ser vivida’) aplica-se antes de tudo aos indivíduos que devem ser considerados ‘incuravelmente perdidos’” (AGAMBEN, 1995, p. 145).

É como se toda valorização e toda ‘politização’ da vida (como está implícita, no fundo, ma soberania do indivíduo sobre a sua própria existência) implicasse necessariamente uma nova decisão sobre o limiar além do qual a vida cessa de ser politicamente relevante, é então somente a ‘vida sacra’ e, como tal, pode ser impunemente eliminada. Toda sociedade fixa este limite, toda sociedade – mesmo a mais moderna – decide quais sejam seus ‘homens sacros’. É possível, aliás, que este limite, do qual depende a politização e a *exceptio* da vida natural na ordem jurídica estatal não tenha feito mais do que alargar-se na história do Ocidente e passa hoje – no novo horizonte biopolítico dos estados de soberania nacional – necessariamente ao interior de toda vida humana e de todo cidadão. A vida não está mais confinada a um lugar particular ou em uma categoria definida, mas habita o corpo biológico de cada ser vivente (AGAMBEN, 1996, p. 146).

A eliminação da “vida indigna de ser vivida” é posta como um problema humanitário e, pelo bem da ordem social, essa vida deve ser aniquilada sem que se cometa homicídio: é, portanto, uma vida matável, mas cuja morte não assume uma

conotação sacrificial. A “vida indigna de ser vivida”, segundo Agamben, não é um conceito ético “(...) é, sobretudo, um conceito político, no qual está em questão a extrema metamorfose da vida matável e insacrificável do homo sacer, sobre o qual se baseia o poder soberano” (1995, p. 148-149).

As fotografias da série “Livrai-nos de Todo o Mal” parecem operar justamente nesse limite em que certas vidas aparecem entre a morte e o homicídio, entre a aniquilação justificada e o assassinato criminoso. Ao rejeitar o enquadramento total da cena do crime, Wagner Almeida impõe um outro ângulo, um novo recorte e um novo enquadramento: tudo fica muito próximo aos olhos do espectador: o sangue, às vezes no corpo estirado, às vezes escorrido pela tatuagem da vítima; o suor, a luz das lanternas examinando o corpo e a aproximação do corpo sujo de terra ao asfalto.

Essas imagens da violência urbana, que enfocam a tatuagem do sujeito pelo seu novo recorte, aproximam o indivíduo criando uma intimidade e causando uma identificação com o espectador na tentativa de humanizar a vítima a partir do que ela tem em comum com aquele que a observa: a crença religiosa, a espiritualidade e a fé (FIG. 1). Na imagem seguinte, a lógica se inverte e a marca na pele que, antes, serviria à redenção espiritual dos indivíduos reitera seu vínculo à realidade da violência urbana e ratifica a razão daquela morte (FIG. 2).

**Figuras 1 e 2:** Fotografias da série “Livrai-nos de Todo o Mal”



**Fonte:** Imagens cedidas pelo fotógrafo Wagner Almeida aos autores.

Embora busque a sacralidade em vidas não sagradas, apelando para indícios de fé que animavam aqueles corpos, as imagens não deixam de atestar uma falha, o insucesso na tentativa de redenção. As fotografias de Wagner Almeida mantêm, assim,

---

uma ambiguidade irrecorrível: ao mesmo tempo em que revestem aqueles corpos sem vida e sem face de uma nova importância e um novo cuidado, preservam sua descartabilidade, sua condição de vida excedente e matável.

A vida indigna de ser vivida é considerada matável pelos enquadramentos sociais que ditam regras de convívio e que mediam a interferência da vida política na vida nua, formando sujeitos vulneráveis. Portanto, é necessário, ainda, entender o processo de atribuição de valor a uma vida para que possamos compreender quais critérios são levados em consideração para a eliminação da vida de certos indivíduos, preservada por certos enquadramentos.

### **Vidas que não merecem o luto**

Após abordarmos o conceito de vida, é preciso entender o processo de atribuição de valor a uma vida para que possamos compreender como os sujeitos são reconhecidos. Os conceitos de precariedade e vulnerabilidade da filósofa J. Butler ajudam na reflexão sobre o reconhecimento diferencial com qual apreendemos certos dos indivíduos e certas vidas.

Em “Quadros de Guerra”, Butler (2015) trata da legitimação da morte em guerras contemporâneas pela regulação diferencial da violência a vidas por meio de disposições afetivas e éticas seletivas que diferenciam sujeitos. A autora lança mão do conceito de precariedade como forma de entender a "distribuição diferencial da condição de ser passível de luto" (BUTLER, 2015, p. 45) promovida por certos enquadramentos – entendidos não apenas no sentido imagético, mas, sobretudo, ético e estético. Esses quadros ou formas de dar sentido a certas experiências têm, para a autora, implicações sobre o porquê e quando sentimos disposições afetivas politicamente significativas por outrem.

A precariedade é a condição generalizada da vida: todos os sujeitos são precários. Isto implica dizer que estamos sempre entregues e dependentes de outros seres e a normas sociais e políticas. Para afirmar a precariedade de uma vida é necessário que esta vida seja, primeiramente, considerada uma vida e o sujeito detentor dessa vida deve ser considerado um sujeito vivente. Ao analisarmos o pressuposto de vida precária e as condicionantes para que uma vida seja reconhecida, pretendemos

---

entender como essas condicionantes submetem corpos a formas indignas de serem vistos e reconhecidos.

[...] uma vida não pode ser considerada lesada ou perdida se não for primeiro considerada viva. Se certas vidas não são qualificadas como vida ou se, desde o começo, não são concebíveis como vidas de acordo com certos enquadramentos epistemológicos, então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas no sentido pleno dessas palavras (BUTLER, 2015, p. 13).

A autora apresenta a questão do “ser enquadrado” (*to be framed*) a partir da ação incriminatória que é exercida ao enquadrar alguém e como entorno disso é construído o enquadramento. Enquadrar alguém é dizer que esse indivíduo se encaixa em determinadas características que o fazem ser reconhecido. Socialmente falando, os enquadramentos generalizam vidas e as moldam para seguirem uma norma que opera para apreender determinadas vidas. A forma de enquadrar um grupo de pessoas por características específicas torna esses seres vulneráveis e violentados pela apreensão dos seus corpos.

Segundo Butler (2015), essas normas sociais e políticas operam historicamente de forma diferencial “a fim de maximizar a precariedade para alguns e minimizar a precariedade para outros” (2015, p. 15). A distribuição diferencial da condição precária é o ponto inicial para entender como os sujeitos são reconhecidos socialmente.

A “condição de ser reconhecido” não é uma “uma qualidade ou uma potencialidade de indivíduos humanos”, mas sim de uma “potencialidade universal e que pertence a todas as pessoas como pessoas” (BUTLER, 2015, p. 19).

Para apreendermos uma vida como tal é necessário que ela esteja de acordo com “normas que a caracterizam como uma vida” (BUTLER, 2015, p. 16). Essas normas agem para regular de que forma os sujeitos serão reconhecidos. A apreensão de uma vida é facilitada por essas normas de reconhecimento: para uma vida ser apreendida precisa estar conforme essas normas sociais, então, significa dizer que algumas vidas, que não estão inseridas nessa estrutura, não são reconhecidas nem reconhecíveis. Sendo assim, também podemos apreender uma vida pelo não reconhecimento.

Esses corpos irreconhecíveis para a sociedade como vidas de valor causam uma ruptura na norma, se tornando problema para o que está dentro do enquadramento normativo. Esses sujeitos incitam um desejo na norma de aniquilá-los por colocarem em xeque a integridade da normatividade. O problema dessa relação é, justamente, que os

enquadramentos não conseguem apreender todas as vidas e nos fazem ver certos sujeitos como um resto de vida que não conseguimos denominar como uma vida de valor, enquanto outros são apreendidos como vida por estarem de acordo com a norma.

Essas normas “operam para tornar certos sujeitos pessoas ‘reconhecíveis’ e tornar outros decididamente mais difíceis de reconhecer” (BUTLER, 2015, p. 20). Para a autora, a problemática não está ligada em saber como incluir mais pessoas nessas normas já existentes, mas sim entender e considerar que essas mesmas normas distribuem o reconhecimento de modo diferenciado.

Se o reconhecimento caracteriza um ato, uma prática ou mesmo uma cena entre sujeitos, então a ‘condição de ser reconhecido’ caracteriza as condições mais gerais que preparam ou modelam um sujeito para o reconhecimento – os termos, as convenções e as normas gerais ‘atuam’ do seu próprio modo, moldando um ser vivo em um sujeito reconhecível, embora não sem a falibilidade ou, na verdade, resultados previstos (BUTLER, 2015, p. 19).

A distribuição diferencial de elementos de reconhecimento de indivíduos de vida precária os põe na condição de vulneráveis. A partir desses elementos, alguns indivíduos são reconhecíveis como vidas que merecem viver, já outros são praticamente impossíveis de serem reconhecidos como tal, sendo apreendidos como não vidas e por isso não merecem viver. Sendo assim, para alguns sujeitos “a apreensão da precariedade ‘conduz’ a uma potencialização da violência, a uma percepção da vulnerabilidade física de certo grupo de pessoas que incita o desejo de destruí-las” (BUTLER, 2015, p. 15).

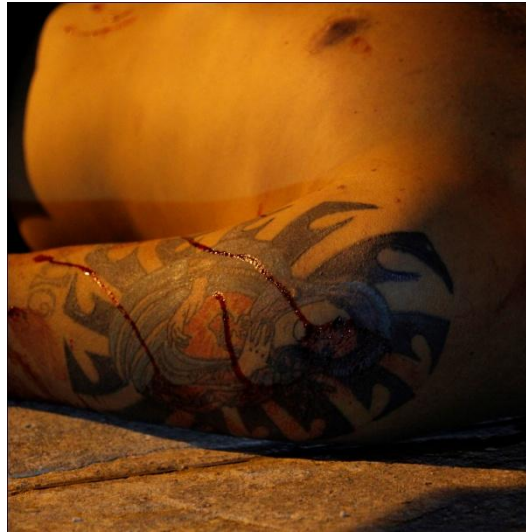
Por não estarem moldados dentro de um padrão normativo, esses sujeitos produzem um tipo de perigo à norma e a colocam em xeque. Dessa forma, o desejo de exterminá-los é estruturado em torno do desejo de manutenção dessa mesma norma. Nesse sentido, as imagens de Wagner Almeida colocam-se justamente no centro do dilema: mantêm os sujeitos em seu regime de exceção, revelando, contudo, a contradição ética desse enquadramento. Até que ponto são mesmo essas vidas matáveis e não sacrificáveis? Em que medida podemos reconhecê-las como vidas das quais se pode dispor sem que sejam passíveis de luto?

A vida desse indivíduo é destituída de valor e o sujeito em si não é considerado vivo; é visto como algo que incomoda e transgredir a instância normativa. Não obstante, as fotografias ainda fazem com que essas figuras sejam vistas como indesejadas, como indivíduos que representam uma ameaça, a insegurança. São imagens que colocam e denunciam, de modo bastante evidente, a seguinte fórmula ética: entre uma vida de



valor e a dele, destituída de qualquer valor possível, ele é quem deve morrer (FIG. 3). Sua perda não é sentida e sua morte não é lamentada, mas esperada e justificada pelos mecanismos sociais de poder. Essa escolha está ligada à como a sociedade se organiza diante do outro, em como os sujeitos são reconhecidos pelas normas sociais e pela força do Estado.

**Figuras 3:** Fotografia da série “Livrai-nos de Todo o Mal”



**Fonte:** Imagem cedida pelo fotógrafo Wagner Almeida aos autores.

### **O rosto e a norma ética**

Recortadas e reenquadradas, as fotografias da série passam a ter outro referencial de rosto que não é mais a face literal, mas a tatuagem como forma de identificação do sujeito. Porém, segundo Butler (2011), o rosto do Outro, que transgride o enquadramento social, vem pedir a “mim” para que eu o preserve. Significa, portanto, uma interpelação. O rosto como conceito, nesse caso, não é a face literal, não tem um significado concreto, palpável, mas é aquilo que me desperta no outro, é o que, de certa forma, identifica características do sujeito. O rosto do outro é aquele que não pode ser decifrado em linguagem, mas nos faz um apelo às suas reivindicações a qual não pedimos e a qual não conseguimos ignorar. O rosto do outro clama a mim e acima de mim para que eu o preserve e não o coloque diante da morte. O rosto, de acordo com Lévinas, fala a mim: não matarás.

---

O rosto – se vamos colocar em palavras seu significado – será aquele para o qual palavras não podem realmente apreendê-lo. O rosto parece ser uma forma de som, o som da linguagem evacuando seu sentido, o substrato sono da vocalização que precede e limita a entrega de qualquer significado semântico (BUTLER, 2011, p. 18).

Butler, ao citar Emmanuel Lévinas, diz que “é a face do outro que exige de nós uma resposta ética” (2015, p. 118). A filósofa argumenta que a comoção e indignação que sentimos por esse rosto dependem diretamente de como a norma que diferencia os indivíduos “é comunicada através dos enquadramentos visuais e discursivos” (BUTLER, 2015, p. 118).

Para a filósofa, é pela possibilidade de morte que deve se preservar o que está vivo. Mas é apenas quando as vidas têm um valor significativo que é importante e necessário conservá-las. “Portanto, a possibilidade de ser enlutada é um pressuposto para toda vida que importa” (BUTLER, 2015, p. 32). Uma “vida passível de luto” é, de acordo com Butler, uma vida que foi vivida e por sua possível perda é que essa vida será enlutada. Consequentemente, quando uma vida não apresenta “condição de ser enlutada” não há vida, mas sim uma coisa viva; e o sujeito que não é considerado como vida não será enlutado (BUTLER, 2015).

O futuro anterior, ‘uma vida foi vivida’ é a pressuposição de uma vida cuja perda é passível de luto, o que significa que esta será uma vida que poderá ser considerada vida, e será preservada em virtude dessa consideração. Sem a condição de ser enlutada, não há vida, ou, melhor dizendo, há algo que está vivo, mas é diferente de uma vida. Em seu lugar, “há uma vida que nunca terá sido vivida”, que não será preservada por nenhuma consideração, por nenhum testemunho, e que não será enlutada quando perdida. A apreensão da condição de ser enlutada precede e torna possível a apreensão da vida precária. A condição de ser enlutado precede e torna possível a apreensão do ser vivo como algo que vive, exposto a não vida desde o início (BUTLER, 2015, p. 33).

Aquele rosto, presente na tatuagem, que expressa o “não matarás” é o mesmo rosto que incita na norma a vontade de matá-lo. Ao matar, morre não somente o indivíduo de carne, mas o simbolismo que ele traz consigo: elimina-se parte do problema que atinge e põe em risco a sociedade. É uma tentativa de colocar em ordem um “nós” que converge em aspectos sociais similares e extermina o que não faz parte desse “nós” por não ser identificado com este e por este. A vida desse sujeito, para ser preservada, tem que ser considerada como uma vida dentro dos enquadramentos da precariedade, ou seja, “essa será uma vida que terá sido vivida”.

**Figuras 4:** Fotografia da série “Livrai-nos de Todo o Mal”



**Fonte:** Imagem cedida pelo fotógrafo Wagner Almeida aos autores.

Apesar dos indivíduos circunscritos nas fotografias não serem vistos como vidas de valor e suas mortes serem justificadas e não passíveis de comoção pela sociedade, as tatuagens são percebidas como uma forma de aproximá-los e os enxergar como parte de um “nós” a qual esses sujeitos nunca pertenceram (FIG. 4). Ao serem reenquadrados nas fotografias a partir de suas tatuagens de maioria religiosa - ligada ao sagrado e ao divino - é como se mostrasse outro lado daquele sujeito que é visto como uma não vida ou “um resto de ‘vida’ – suspenso e espectral – que ilustra e perturba cada instância normativa da vida” (BUTLER, 2015, p. 22), que me aproxima dele, mostrando uma parte que ele tem em comum com um nós.

### **O golpe fotográfico**

Diferente da filosofia do enquadramento social de Judith Butler, Dubois trata a fotografia sobre uma perspectiva diferente de enquadrar, considerando o ato do corte um golpe que faz parte de um tipo de jogo em que o tempo e o espaço são cortados simultaneamente pelo fotógrafo. O enquadramento é entendido como um corte do movimento na linha contínua do tempo, paralisando para sempre aquele espaço, fazendo parte não só do tempo humano, mas de um tempo novo: o simbólico. O filósofo acredita que esse instante enquadrado e capturado do tempo seja paradoxal. O fotógrafo, em

---

alguns casos, pode enquadrar e deixar na cena só o que for necessário para fazer aquela foto, não podendo, em alguns casos, mexer na cena como um todo, como faz, um pintor.

O ato fotográfico implica portanto não apenas um gesto de corte na continuidade do real, mas também a ideia de uma passagem, de uma transposição irreduzível. Ao cortar, o ato fotográfico faz passar para o outro lado (da fatia); de um tempo evolutivo a um tempo petrificado, do instante a perpetuação, do movimento a imobilidade. (DUBOIS, 1983, p. 168)

O ato de cortar a cena ao vivo, de enquadrar e mirar com a lente de uma câmera apenas o que é necessário, antes de dar o ‘*clic*’, para os interesses futuros do fotógrafo com aquela imagem, faz parte do golpe do corte. O fotógrafo tem o poder de ajeitar a cena, mesmo sem tocá-la, escolhendo o ângulo, a luz, o enquadramento que deseja. A fotografia faz do real uma performance e do enquadramento um jogo de interesse individual do que deseja ser mostrado. Dessa forma a fotografia está em constante movimento. O fotógrafo, o observador e o referente, se arriscam para fazer a performance correta.

Às fotografias também são atribuídos um valor de verdade absoluta e uma singular e irreduzível credibilidade de testemunho. “Nela a necessidade de ‘ver para crer’ é satisfeita. A foto é percebida como uma espécie de prova, ao mesmo tempo necessária e suficiente, que atesta indubitavelmente a existência daquilo que mostra” (DUBOIS, 1998, p.25). Trata-se, portanto, de observar no gesto fotográfico uma operação feita de escolhas, de modos de ver e fazer ver. Assim, podemos servir uma dupla retórica: a do regime jornalístico da verdade e do testemunho de um “isto foi”; mas também a da vulnerabilidade e da comoção.

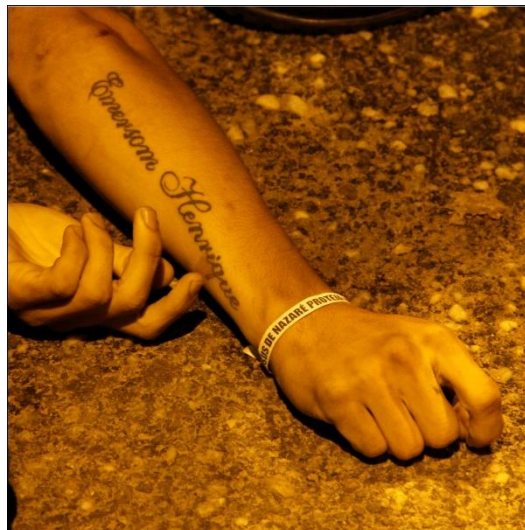
“Embora limitar como e o que vemos não seja o mesmo que ditar um roteiro, é uma maneira de interpretar antecipadamente o que será e que não será incluído no campo de percepção” (BUTLER, 2015, p.103).

Os corpos enquadrados por Wagner Almeida fazem parte de um jogo de corte do real, a produção de formas expressivas que enquadram os elementos que identificam aqueles sujeitos. As fotografias foram recortadas e reenquadradas a partir das tatuagens dos sujeitos – colocadas em primeiríssimo plano. A tatuagem, o sangue, o asfalto, todos esses elementos identificam que sujeitos são esses de modo ambíguo, entre a culpa e a

redenção: vítimas e algozes pertencentes ao contexto da violência urbana nas periferias de Belém.

A política das imagens de Wagner Almeida está em renunciar a um enquadramento fotográfico jornalístico mais amplo possível, que tenta englobar a maior quantidade possível de informação, em favor de um recorte, e um enquadramento minucioso, detalhado e aproximado que reclama um modo de ver mais detido a essas vidas, uma aproximação mais cuidadosa de corpos que merecem ser vistos, de vidas que não merecem o destino trágico.

**Figuras 4:** Fotografia da série “Livrai-nos de Todo o Mal”



**Fonte:** Imagem cedida pelo fotógrafo Wagner Almeida aos autores.

As imagens de Wagner Almeida se tornam, assim, ambíguas. Apesar de apelarem para uma tentativa de reconhecimento e uma possível humanização do sujeito a partir do significado simbólico que essas tatuagens carregam, essas imagens não conseguem desidentificar que os sujeitos circunscritos nas imagens não são reconhecidos pelos enquadramentos sociais e conseqüentemente não são considerados “vidas passíveis de luto”.

Essas imagens ainda fazem parte de um fluxo imagético que se apropriam dos corpos dos sujeitos e exploram a sua vulnerabilidade, reforçando um estereótipo e reafirmando o lugar daqueles sujeitos à margem da sociedade. Apesar de proporcionarem uma nova percepção do sujeito, as imagens ainda o violentam e o violam. A violência ocorre quando a fotografia se apodera do corpo sem vida do sujeito

---

explorando sua vulnerabilidade e sofrimento de sujeitos socialmente sem voz fazendo-os serem escutados somente na morte.

### **Considerações Finais**

O percurso argumentativo do trabalho seguiu em direção à maneira como certos enquadramentos atuam enquanto mecanismos de regulação ética. Como exemplo dessa discussão, partiu-se da série de fotografias intitulada "Livrai-nos de todo o mal", do fotógrafo paraense Wagner Almeida. Em suas imagens, o fotógrafo desloca um olhar próprio das mídias jornalísticas para a violência urbana e propõe novos ângulos, enquadramentos e modos de ver corpos sem vida de sujeitos vinculados à criminalidade nas periferias da Região Metropolitana de Belém.

As imagens interpõem um problema ético de difícil solução, colocando-se entre um gesto representacional e estético dedicado à restituição da dignidade daqueles sujeitos, ensaiando uma aproximação ao mesmo tempo sutil e eloquente, e um enquadramento que evidencia - reitera e problematiza - os padrões normativos que determinam quais vidas têm valor e quais mortes são passíveis de luto.

A partir das noções de biopolítica e vida nua na perspectiva de Agamben (1995), buscou-se entender a divisão desigualitária entre vidas que são consideradas detentoras de direitos e vidas reduzidas ao fator exclusivamente biológico, totalmente entregues aos mecanismos de poder. A consequência desse tipo de dissolução da vida política em vida nua é que estas se tornam passíveis de serem mortas, tornam-se vidas matáveis, indignas de estarem vivas. Daí porque, mesmo depois de mortas, têm sua própria morte justificada segundo o objetivo de instaurar uma ordem social.

Essas mortes são, portanto, inscritas em enquadramentos normativos que as tornam impassíveis de luto. Ou, nos termos de Butler (2015), não são nem mesmo mortes, porque nunca foram vidas. É nesse sentido que, na esteira dessa autora, argumentamos como os enquadramentos normativos coincidem com a própria noção de enquadramento fotográfico, fazendo com que a moldura das imagens (seus ângulos, cores, recortes, contrastes e demais elementos simbólicos) remeta necessariamente às molduras das normas sociais de reconhecimento de uma vida.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio; BURIGO, Henrique. **Homo Sacer, o poder soberano e a vida nua I**. Ed. UFMG, 2007.

BUTLER, Judith. **Vida precária**. Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, v. 1, n. 1, p. 13, 2012.

BUTLER, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto. **Rio de Janeiro: Civilização Brasileira**, 2015.

DUBOIS, Philippe. **O golpe do corte: a questão no espaço e do tempo no ato fotográfico**. O ato fotográfico e outros ensaios. Campinas: Papirus, p. 159-217, 1993.

DE SOUZA AZEVEDO, Agatha; MARQUES, Angela Cristina Salgueiro. **Rancière e a política das imagens: rosto, olhar e subjetivação na fotografia de JR**. Revista ECO-Pós, v. 17, n. 2, 2014.

RANCIÈRE, Jacques. **A imagem intolerável. O Espectador Emancipado**. São Paulo: Trad, p. 83-102, 2010.

VAN VELTHEN RAMOS, Pedro Hussak. **Rancière: a política das imagens**. Princípios: Revista de Filosofia (UFRN), v. 19, n. 32, p. 95-107, 2015.